PPP

Projeto Político Pedagógico

2026

Escola Municipal Armando Sofia Brandão





SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!

GESTÃO ESCOLAR:
Jakline Milena de Oliveira Soares

COORDENAÇÃO E/OU ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA:
Ludmila Cardoso Marques
Jucilene Cerqueira dos Santos

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:
Lituânia Ferreira Carvalho Araújo

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DE APOIO TÉCNICO:
Paloma Sousa Accarini

REPRESENTANTES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS:
André Cardoso Rodrigues

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE LOCAL:
Lidiane Veloso Ferreira

COLABORADORES TÉCNICOS/ PEDAGÓGICOS:
Jacqueline dos Santos Silva
Gisele Nilma de Jesus Santos

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
1.1. IDENTIFICAÇÃO
1.2. COMUNIDADE ESCOLAR
1.3. ORIGEM INSTITUCIONAL
1.3.1 SOBRE O PATRONO
1.4. FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO E VALORES

2. ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR
2.1. TEMPO PARCIAL E TEMPO INTEGRAL

3. EDUCAÇÃO INTEGRAL HUMANA

4. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA
4.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

5. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS
5.1. O SER HUMANO, A SOCIEDADE E A CULTURA
5.2. CULTURA DIGITAL E TECNOLOGIA

6. A EDUCAÇÃO INFANTIL

7. OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
7.1. OFERTA INICIAL E AMPLIAÇÃO PREVISTA

8. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA
8.1 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO
8.2. AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM
8.3. COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS
8.4. AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ACs)
8.5. ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM DO ESTUDANTE
8.6. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
8.7. A RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO
8.8. TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

9. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

10. TEMAS INTEGRADORES

11. PERFIL ESPERADOS DO PROFESSOR
11.1. FORMAÇÃO CONTINUADA EM ATIVIDADE DOCENTE

12. PERFIL ESPERADO DO ESTUDANTE

13. CURRÍCULO
13.1. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
13.2. DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

14. ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE
14.1. BUSCA ATIVA ESCOLAR

15. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
15.1. O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS
15.2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
15.3. PAPEL PROFISSIONAL DO AUXILIAR DE ALUNO ESPECIAL
15.4. EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
15.5. EDUCAÇÃO ANTIRACISTA

16. POLÍTICA DO AMBIENTE EDUCATIVO NA ESCOLA

17. IMPLEMENTAÇÃO DO PPP
17.1. IMPORTÂNCIA DO PPP PARA A ESCOLA
17.2. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO
17.3. RELAÇÃO DO PPP COM O REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HINO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve, salve, salve,
Anguera, tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera partícula desse Brasil!

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra: Gessé Souza Silva e Prof. Rodrigues Silva

Melodia: Tenente Bernardo da Silva

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida na escola e define a identidade da instituição. Tem por finalidade explicitar o compromisso da escola com a construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação.

É também um instrumento que representa o planejamento institucional, fruto de uma construção coletiva com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Nesse contexto, o PPP pode ser compreendido como um planejamento que representa sonhos, ideias e propostas. Ao longo do percurso, pode e deve ser reformulado e ajustado conforme as necessidades, os indicadores e o contexto atual.

Este PPP, da Escola Municipal Armando Sofia Brandão, acentua a prática a ser vivenciada por uma nova unidade que passa a constituir a Rede Municipal de Ensino de Anguera. Assim, representa a construção de novos sonhos e ao mesmo tempo traz desafios contemporâneos para a efetivação de uma educação com qualidade nos tempos atuais.

A construção deste documento ocorreu no percurso entre março e outubro de 2026, primeiro ano em funcionamento da nova escola, paralelo às primeiras práticas e vivências desenvolvidas tendo como norte o conjunto das normativas e orientações pedagógicas aplicadas no Sistema Municipal de Ensino de Anguera.

O conteúdo deste PPP deve ser acessível a toda comunidade escolar, que se uniu para a construção, e também à comunidade local que precisa conhecer com propriedade sobre o funcionamento e a prática desta nova escola.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: Escola Municipal Armando Sofia Brandão
SIGLA: EMASB
ENDEREÇO PROVISÓRIO: Rua Alzira Freitas, nº 24, Bairro: Centro
CEP: 44.670-067
MUNICIPIO: Anguera
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: Bahia
LOCALIZAÇÃO: Urbana
CÓDIGO INEP: 29495644
E-MAIL: emasb.anguera@gmail.com
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera
NOME DA DIRETORA: Jakline Milena de Oliveira Soares
ATO DE CRIAÇÃO DA ESCOLA: Decreto N° 05/2026, de 20 de janeiro de 2026
ETAPAS DE ENSINO: Educação Infantil
Ensino Fundamental / Anos Iniciais
MODALIDADE DE ENSINO ATENDIDA: Educação Especial

1.2. COMUNIDADE ESCOLAR

A comunidade escolar é composta pelo conjunto dos estudantes, seus pais ou responsáveis, bem como todo o quadro funcional que engloba a gestão escolar, a área pedagógica, os professores, profissionais de apoio educacional e servidores em geral.

A composição dos estudantes, por turmas, no ano letivo de 2025, está organizada conforme a tabela abaixo:

GRUPO / SÉRIE	TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS
Grupo 04	A	Matutino	14
Grupo 04	B	Matutino	16
1º Ano	ÚNICA	Integral	22
		TOTAL	**52**

FONTE: Matrícula Escolar 2026.

O quadro funcional de gestão e apoio, com funções diversificadas, é disposto da forma que segue:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Andressa Neri do Carmo dos Santos	Psicopedagoga	Psicopedagogia
Daniely Vieira Veloso	Auxiliar de Ensino	Ensino Médio
Elisete Pereira Silva	Aux. da Educação Especial	Ensino Médio
Ellen Keila Silva Navarro	Secretária Escolar	Ensino Médio
Emanuelly Maia Souza Santiago	Auxiliar de Ensino	Lic. em Pedagogia
Itamare Teles Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio
Jakline Milena de Oliveira Soares	Diretora	Graduação
Jarilma Pires dos Santos	Merendeira	Ensino Médio
Jucilene Cerqueira dos Santos	Coordenadora pedagógica	Lic. Em Pedagogia
Ludmila Marques Cardoso	Coordenadora Pedagógica	Lic. Em Pedagogia
Luís Henrique da Silva Assis	Agente Tecnológico	Ensino Médio
Maria Aparecida Lima de Jesus	Aux. da Educação Especial	Ensino Médio
Raimile Vasconcelos Santana	Auxiliar de Ensino	Lic. Em Pedagogia
Rafael Correia Ferreira	Auxiliar de Ensino	Ensino Médio

Por sua vez, o quadro específico de Professores é assim composto:

Aldeane Alves Silva	Professora	Cursando Lic. em Pedagogia
Beatriz Santos Oliveira	Professora	Cursando Lic. em C. Biológicas
Lituânia Ferreira de Carvalho Araújo	Professora	Licenciatura em Pedagogia
Raquel Alane Ferreira de Oliveira	Professora	Licenciatura em Pedagogia
Rosana de Almeida Silva	Professora	Licenciatura em Pedagogia

1.3. ORIGEM INSTITUCIONAL

A Escola Municipal Armando Sofia Brandão foi criada por meio do Decreto Municipal nº 05, de 20 de janeiro de 2026, assinado pelo Prefeito Mauro Selmo Oliveira Vieira.

O início do seu funcionamento ocorreu em um prédio provisório, enquanto a sede própria se encontra em construção.

Quanto à futura sede própria, a escola foi contemplada com o Projeto Espaço Educativo Urbano de seis (06) Salas de Aula. A proposta refere-se a uma edificação simples e racionalizada, atendendo aos critérios básicos para o funcionamento das atividades de ensino e aprendizagem. O dimensionamento dos ambientes atende,

sempre que possível, as recomendações técnicas do FNDE. As vedações são em alvenaria de tijolo furado revestido e a estrutura em concreto armado. A cobertura é em telha cerâmica em quatro águas, com estrutura do telhado em madeira. O conjunto da edificação é formado por três blocos distintos, sendo 1(um) central e 3 (três) periféricos, conectados por passarelas de ligação, além da quadra coberta com vestiário. Para o revestimento do piso, especificou-se cerâmica resistente à abrasão, facilitando ainda a limpeza do local. Do mesmo modo, as salas de aula e a fachada são revestidas com um barrado cerâmico, protegendo a parede da umidade e dos impactos. O revestimento interno de áreas molhadas com cerâmica facilita a limpeza e visa reduzir os problemas de execução e manutenção. As portas são especificadas em madeira pintada ou alumínio. A maior parte das esquadrias é do tipo basculante, em alumínio. A opção possibilita regular a ventilação natural e fornece mais segurança à escola.

1.3.1 SOBRE O PATRONO

Armando Sofia Brandão foi ex-prefeito de Anguera, sendo considerado um dos que mais investiu em educação, destacando-se na construção de escolas.

Foi um renomado gestor e líder político na história do município, nasceu em 07/12/1938 e faleceu em 08/06/2019, um sábado, aos 80 anos de idade.

Assumiu o cargo de Prefeito de Anguera por duas vezes, sendo responsável por grandes obras e realizações que impulsionaram o desenvolvimento do município. Deixou a esposa, Dona Maria Luiza Barbosa Brandão, e 04 filhos: Hugo, Ana Glória, Mércia e Aliadine.

Filho do casal Antonio Sofia Brandão e Maria da Glória Brandão, natural de Anguera (antiga Almas), estudou até a 5ª Série na Escola Felisberto de Carvalho. Sua infância foi pouco desfrutada, pois aos 07 anos de idade perdeu seu pai e foi obrigado a ajudar na sobrevivência de sua família. Assim, destacou-se desde cedo como agropecuarista, dedicando-se ao trabalho a fins de custear os estudos de suas irmãs no município de Feira de Santana.

Em 1969 despertou gosto pela política, iniciando sua vida pública, filiando-se a ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Na política, consagrou-se como um dos líderes políticos de maior destaque na história de Anguera.

Em 1970 foi candidato único à Prefeitura de Anguera, sendo eleito por quase totalidade dos votos. Exerceu esse seu 1º mandato nos anos de 1971 e 1972 (mandato complementar para que houvesse na época a coincidência de eleições gerais no país). Nesses dois anos, destacaram-se as seguintes realizações: construção de escolas na zona rural, construção do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, implantação do Sistema de Água e do Sistema de Energia Elétrica da Sede.

Em 1977 assumiu o cargo de Secretário Municipal de Administração, na gestão do então Prefeito José Wood Mendes Vieira. Permaneceu na função até o ano de 1982, quando foi escolhido para concorrer ao cargo de Prefeito.

No ano de 1982, em vigor no país a lei da sublegenda (cada partido político poderia apresentar dois candidatos majoritários), Armando Brandão, aclamado pelo povo, foi candidato a Prefeito pela 2ª vez, disputando o pleito pela legenda PDS 2, com o nº 15. Seu oponente foi o comerciante José Mercês de Oliveira que disputou pela legenda PDS 1. Armando Brandão saiu vitorioso com uma expressa diferença de votos igual 772, naquela época para um eleitorado de quantidade bem menor que nos anos atuais. Durante sua gestão, em entrevista ao antigo Jornal Feira Hoje, de Feira de Santana, o Prefeito Armando garantiu prioridade para saúde e educação.

Sua 2ª gestão foi marcada por grandes obras: a construção do Clube de Campo Tropical, do Conjunto Administrativo, Ampliação do Cemitério, Pavimentação na Sede e em Guaribas, Rede de Esgotos, construção da Garagem Municipal, Ampliação da Iluminação Pública, Implantação de 03 creches (Sede, Guaribas e Areia), construção do Parque Infantil, 08 abrigos para passageiros, iluminação no Povoado de Areia, reforma do Jardim da Praça Arthur Vieira, ampliação da Escola Arthur Vieira, construção de 02 salas de aula no Colégio Áureo Filho, construção de 22 escolas, construção de 05 Postos de Saúde, construção de novas estradas e conservação das existentes, abertura de aguadas de pequeno e médio porte e aquisição de novos veículos.

Sua determinação em priorizar a saúde e a educação se consolidou com a construção de Postos de Saúde e um total de 42 salas de aula. Uma reportagem especial, feita pelo antigo Jornal Feira Hoje, destacou que “a grande arma utilizada pelo chefe do Executivo de Anguera, para a realização de um grande volume de obras, neste período de grave crise econômica que castiga o país, foi o probidade da administração dos recursos públicos”.

Entre os anos de 2009 e 2012, Armando Brandão exerceu o cargo de Secretário de Obras na 1ª gestão do Prefeito Mauro Vieira.

Foi um líder político popular e bastante querido, cuja residência estava sempre aberta para recepcionar as famílias anguerenses, com destaque para as mais simples, vindas das diversas localidades rurais muitas vezes em busca de amparo e soluções para problemas mais diversos.

Sua esposa, Dona Maria Luiza, com quem se casou em 29 de julho de 1961, destacava-se como anfitriã que abraçava, acolhia e recepcionava toda gente de maneira digna, humana e solidária. Enquanto isso, Sr. Armando caminhava por todos os estabelecimentos, bodegas, comércios, lugarejos mais diversos da sede e da zona rural do município, distribuindo frutos do seu legado político por todos os cantos e recantos, fazendo a vida do povo melhorar numa época de enormes dificuldades de sobrevivência. Ao mesmo tempo, capitaneava mais apoios, solidificava cada vez mais sua liderança. Era um homem do povo, doado ao povo!

No exercício dos seus dois mandatos (1971-1972) e (1983-1988), Armando Brandão se destacou como um Prefeito austero, que acompanhava de perto, com seus próprios olhos os serviços públicos e todas as obras por ele realizadas. Esta marca lhe era peculiar, não por concentração de poder, mas por se destacar como um político trabalhador, que prezava pelo cuidado com o erário público com absoluta responsabilidade.

“Quem engorda o boi é o olho do dono”! Impulsionado por este ditado popular, que sempre costumava citar, estava lá, Sr. Armando, nas primeiras horas da manhã, ou qualquer hora que fosse, junto aos servidores públicos das mais diversas categorias, muito mais ainda ao lado dos operários que construíam prédios, calçavam ruas, entre outras obras, fosse de pequena ou maior relevância. Outra marca nunca esquecida está na memória dos servidores públicos que atuaram em

suas gestões: ele sempre pagava os salários na última sexta-feira do mês, dentro do próprio mês, sendo valores justos a cada profissão.

Armando Brandão, no auge da tarefa de “fazer política”, conviveu de perto com personalidades de destaque como o Deputado Federal Wilson Falcão, o Prefeito de Feira de Santana e Deputado Federal José Falcão da Silva, o Deputado Estadual Hugo Navarro, o Governador João Durval Carneiro e o Governador Antonio Carlos Magalhães (com este último, teve divergência política alguns anos depois).

Armando Sofia Brandão cumpriu sua missão na terra, deixando marcas inesquecíveis para o progresso registrado na história de Anguera. Agora, torna-se imortal por todos os feitos e grandes obras, tanto concretas quanto humanitárias. Toda população anguerense, só tem a dizer: - Obrigado, Sr. Armando, que Deus lhe conceda um descanso em paz!

“Dar do pouco que se tem ao que tem menos ainda, enriquece o doador, faz sua alma ainda mais linda! Dar ao próximo alegria, parece coisa tão singela aos olhos de Deus, porém, é das artes a mais bela”. Assim foi a vida de Armando Brandão e assim será eternamente a página por ele escrita na história de Anguera.

Contribuições: Professor Antonio Márcio Silva Vasconcelos (afilhado) e Professor Israel Lima dos Santos Filho (amigo).



FOTO: Portal da Secretaria Municipal de Educação

1.4. FUNÇÃO SOCIAL, MISSÃO E VALORES

A função social, a missão e os valores são importantes elementos identitários de uma escola que se configura em um tripé inseparável, para se construir um planejamento e atingir os resultados. Configuram-se em um conjunto de diretrizes fundamentais que regem uma organização, o que resulta em um planejamento estratégico, contribuindo de forma positiva para a organização da escola.

A função social da Escola Municipal Armando Sofia Brandão é promover a formação integral do educando, integrando-o ao exercício da cidadania.

Sua missão é proporcionar um processo de ensino e aprendizagem com dignidade, contribuindo com uma sólida formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus direitos e deveres, consolidando um ambiente escolar acolhedor, participativo, acessível e integrador. Completa sua missão, a busca cotidiana do fazer educação buscando ser reconhecida por seu humanismo e valorização da cultura e da identidade local.

Os valores que norteiam o trabalho da EMASB para o quadro de recursos humanos é ter profissionalismo, empenho, disponibilidade, tolerância, solidariedade, humanismo, responsabilidade, competência e vivenciar a inclusão. Para o corpo discente, o compromisso real com seus estudos, com a construção de conhecimentos, a predisposição para avançar as aprendizagens, consolidando as competências e habilidades do ensino, bem como a confiança em sua potencialidade e a vontade de superar limites.

Diante desta identidade própria, a EMASB pretende ser uma escola de referência a nível local. Pretende-se que o tripé, ‘função social, missão e valores’, determine uma escola humanizada, viva, protagonista e reconhecida como uma instituição promotora de uma educação pública de qualidade, equidade e inclusão.

2. ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

A Escola Municipal Armando Sofia Brandão inicia sua trajetória de funcionamento ofertando duas (02) turmas da educação Infantil do Grupo 04 de tempo parcial e uma (01) turma do 1º ano do Ensino Fundamental de tempo integral.

2.1. TEMPO PARCIAL E TEMPO INTEGRAL

As turmas de tempo parcial funcionam de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min, totalizando uma jornada escolar de vinte horas semanais.

Para a jornada de tempo integral, a carga horária é de sete (07) horas diárias ou um mínimo de trinta e cinco (35) horas semanais.

A jornada escolar em tempo integral representa um avanço significativo na oferta educacional, proporcionando aos estudantes oportunidades de aprendizagem mais abrangentes.

A única turma em Tempo Integral (em 2026), que corresponde ao 1º ano do Ensino Fundamental, funciona nos dias de segunda a quarta-feira, das 07h30min às 17h05min e na quinta e sexta, das 07h30min às 11h30min. Totaliza, semanalmente, uma jornada de 36 horas semanais, incluindo, em sua proposta pedagógica, o tempo de almoço, descanso e convivência.

3. EDUCAÇÃO INTEGRAL HUMANA

Enquanto o termo “Tempo Integral” está relacionado ao tempo cronológico do relógio, a expressão Educação Integral diz respeito à promoção do ensino de modo a contemplar a formação humana do estudante como um todo.

Os objetivos da educação integral estão alinhados às diretrizes da BNCC (2018) e fundamentados em princípios que promovem o desenvolvimento integral do estudante. Esses objetivos incluem:

- Respeitar e valorizar as singularidades e diversidades culturais dos estudantes, conforme a perspectiva plural e inclusiva da BNCC, que destaca o acolhimento e reconhecimento das diversidades como pilares fundamentais para a educação básica (BRASIL, 2018).
- Promover práticas inclusivas e equitativas que superem desigualdades educacionais, reconhecendo o direito de todos ao acesso e à permanência na escola com qualidade, conforme previsto nos princípios da educação democrática (LIBÂNEO, 2015).
- Desenvolver as dimensões intelectual, emocional, social e cultural dos alunos, considerando o ser humano como um sujeito integral, em constante desenvolvimento, conforme Freire (1996).

- Incentivar a autonomia e o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem, promovendo a centralidade do estudante e sua capacidade de tomar decisões conscientes, como defendido por Dewey (1959).
- Construir parcerias e vínculos que favoreçam a integração da escola com a comunidade, fortalecendo o papel da escola como um espaço de mediação cultural e social, como sugerido por Pérez (1999).

No âmbito do Sistema Municipal de Ensino, a Educação Integral é orientada através da Lei Municipal Nº 353, de 16 de junho de 2026. A concepção de Educação Integral envolve o atendimento educacional para a formação integral humana, provendo o desenvolvimento de suas dimensões: intelectual, cognitiva, física, emocional, cultural, política, ética, estética, social, dentre outras de ordem social e humana. Requer, para isso, um aparato educativo humanizado, integrativo, acolhedor, multidisciplinar e intersetorial.

A educação integral humana visa, portanto, o desenvolvimento completo do ser humano, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos. Esse modelo busca formar cidadãos críticos, éticos e participativos, promovendo aprendizagens significativas que vão além do conteúdo acadêmico tradicional.

4. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

O diagnóstico da escola se refere a um conjunto de informações que permitam compreender e analisar os resultados apresentados pela instituição no tocante ao desenvolvimento de uma educação com qualidade.

Por ser uma unidade escolar recém criada neste ano letivo, ainda não há estatísticas específicas. Assim, seu diagnóstico pode ser concebido a partir de uma Avaliação Institucional proposta especificamente para esse início de funcionamento.

4.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é um processo de análise permanente da realidade escolar, por meio da aplicação de instrumentos específicos de modo a subsidiar as decisões dos gestores no planejamento das políticas públicas e intervenções administrativas e pedagógicas.

A Avaliação Institucional é um instrumento que permite acompanhar a sequência das atividades e a implementação de mudanças. Sendo democrática e colaborativa, podendo ser realizada com toda a comunidade escolar. Tem como objetivos contribuir para a qualidade do ensino e atender os anseios e demandas dos estudantes, profissionais escolares e da comunidade local.

A Avaliação Institucional de qualidade é instrumento da democracia com a participação ativa de professores e demais atores que compõem a equipe escolar. Esse tipo de avaliação resulta na melhoria da educação e na progressão do processo de ensino e aprendizagem.

Propõe-se que a Escola Municipal Armando Sofia Brandão realize processos de avaliação institucional em todos os setores presentes no contexto escolar, haja vista que todos precisam compreender a escola como uma organização viva, que precisa refletir criticamente sobre suas práticas para se aperfeiçoar constantemente.

A avaliação institucional não deve se limitar apenas à mensuração de resultados, mas sim funcionar como um instrumento diagnóstico, formativo e participativo**,** capaz de impulsionar a gestão democrática e a qualidade da educação**.**

A proposta de avaliação institucional na EMASB estará voltada para:

- **Identificar potencialidades e fragilidades** no funcionamento da instituição escolar;
- **Fortalecer a gestão participativa**, envolvendo professores, alunos, pais, e a comunidade local;
- **Orientar a tomada de decisões** pedagógicas, administrativas e financeiras;
- **Promover a responsabilização compartilhada**, com foco na construção de uma escola mais democrática e eficaz;
- **Fomentar a cultura de planejamento estratégico**, baseada em evidências.

A avaliação institucional deve ser conduzida e registrada por meio de questionário ou escutatória onde os membros da comunidade escolar possam fazer uma autoreflexão sobre suas práticas, ou mesmo avaliar as práticas da instituição escola. O objeto de análise pode ser a escola em geral ou mesmo setores, projetos ou ações prioritárias.

Uma forma recomendada de aplicação da Avaliação Institucional é seguir o monitoramento proposto no Plano de Gestão da Escola, bem como fazer uso do

instrumento “Indicadores de Qualidades da Educação”, proposto pelo Ministério da Educação, que se constituem em uma metodologia de autoavaliação participativa. Eles são estruturados em sete dimensões:

I - ambiente educativo;

II - práticas pedagógicas e avaliação;

III - ensino e aprendizagem da leitura e escrita;

IV - gestão escolar democrática;

V - formação e condições de trabalho dos profissionais;

VI - acesso e permanência dos alunos; e

VII - ambiente físico escolar.

Ao final do processo, será importante produzir um relatório ou portfólio comprobatório, no qual estarão registradas características importantes sobre o funcionamento da escola, para fins de despertar amadurecimento sobre os aspectos que precisam ser melhorados.

5. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

5.1. O SER HUMANO, A SOCIEDADE E A CULTURA

Existe uma relação entre homem, cultura e sociedade. Portanto, não existe homem sem cultura e cultura sem homem. Quer dizer, o homem pratica a cultura diariamente e ao longo do tempo. E a própria cultura reproduz o homem (sujeito) virtuoso através do processo de socialização e educação.

Dentro desses pilares, existe a gestão de pessoas, que é a capacidade de trabalhar bem com o outro. Um professor, por exemplo, precisa ter boa oratória para conseguir extrair o máximo do potencial de seus alunos. O mesmo vale para o técnico de uma modalidade do esporte com atuação coletiva.

Ele deve mostrar a importância de cada um para o sucesso do time. Se um membro da equipe não der o seu máximo, pode colocar o resultado de todos a perder. Ou seja, é preciso habilidade e comprometimento para garantir que esse gerenciamento funcione e que as boas relações não se percam no meio do caminho. Isso serve para os exemplos do dia a dia, mas também para as empresas.

Por sua vez, o estudante tem acesso, na escola, à educação integral que forma para o convívio da sociedade e compreende as diversas culturas.

5.2. CULTURA DIGITAL E TECNOLOGIA

A EMASB compreende que os avanços digitais e tecnológicos da época atual não podem estar alheios ao processo educacional. Assim, é papel da escola formar estudantes com capacidade crítica para compreender essas transformações.

A cultura digital faz parte do nosso dia a dia e está presente na forma como nos comunicamos, aprendemos, trabalhamos e nos divertimos. Com o avanço da tecnologia, o acesso à informação tornou-se mais rápido e fácil, permitindo que pessoas de diferentes lugares compartilhem conhecimentos e experiências em tempo real.

A tecnologia também contribui para a educação, oferecendo ferramentas que tornam o ensino mais dinâmico e interativo. No entanto, é fundamental utilizar os recursos digitais com responsabilidade, ética e respeito, preservando a privacidade e combatendo a disseminação de informações falsas.

Desenvolver a cidadania digital significa saber usar a internet de forma consciente, segura e crítica. Assim, a cultura digital e a tecnologia podem ser grandes aliadas no desenvolvimento pessoal, social e educacional, promovendo inovação, criatividade e novas oportunidades para todos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta que a educação deve promover a formação de sujeitos autônomos e capazes de realizar escolhas conscientes para seu projeto de vida (BRASIL, 2018). Esse princípio ganha forma em projetos integradores.

Pensando nessa conjectura, Silva e Anecleto enfatizam que:

> A escola, no contexto das TICS, das mídias digitais, é desafiada a constituir-se como espaço de formação de sujeitos capazes de responder às questões complexas da vida familiar e social, com capacidade crítica, olhares múltiplos, consciência histórica. E isso não se faz sem a necessária formação do sujeito emancipado. (SILVA; ANECLETO, 2029, p.129).

Desse modo, a inserção do ensino digital nas escolas devem ultrapassar o campo do manejo tecnológico, adentrando de maneira ampla no campo da vida social, pois essa é a função primeira da instituição escolar, e no que concerne a adoção das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDCIs) como estratégias de ensino-aprendizagem, não pode se dar de forma diferente. O ensino

articulado aos preceitos da Cultura Digital articula-se com qualquer outro componente curricular, como Arte, Educação, Filosofia, Sociologia, Ciências Naturais, etc. ultrapassando os aspectos meramente tecnológicos. Justamente pela ubiquidade crescente das tecnologias digitais, o DCRM de Anguera instiga as instituições educacionais e espaços formativos a conceber novos jeitos de aprender.

Evidente que essas práticas requer a disponibilidade de equipamentos. Mas não é somente isso. E, de forma gradativa, a nova escola irá possui uma Sala Ambiente e conjunta para a tecnologia digital e a leitura, localizada no centro do pavilhão onde estão distribuídas as salas de aula.

6. A EDUCAÇÃO INFANTIL

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade." (BNCC, 2018, p. 36)

A Base Nacional Comum Curricular concebe a criança como um ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamento, assimila valores, constrói conhecimentos sistematizados por meio da ação nas interações com o mundo físico e social, intensificando a visão defendida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI Resolução CNE/CEB nº 5/2009) em seu Artigo 4º que define a criança como:

> Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12).

Neste sentido, é fundamental compreender que a criança enquanto sujeito ativo e com potencialidades em seu desenvolvimento desde os primeiros anos de vida, ou seja, ainda bebê, é capaz de interagir com o meio e reagir aos elementos do entorno, sejam eles naturais, sociais e/ou culturais. Assim, torna-se importante para os educadores da primeira infância conhecer o significado dessas interações e ações da criança para que possam auxiliá-la em sua formação. Os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil salienta que:

> Muitas vezes vista apenas como um ser que ainda não é adulto, ou é um adulto em miniatura, a criança é um ser humano único, completo e, ao mesmo tempo, em crescimento e em desenvolvimento. É um ser humano completo porque tem características necessárias para ser considerado como tal: constituição física, formas de agir, pensar e sentir. É um ser em crescimento porque seu corpo está continuamente aumentando em peso e altura. É um ser em desenvolvimento porque essas características estão em permanente transformação. (BRASIL, 2006, p. 14).

Partindo dessa premissa, o Currículo Municipal entende que a criança é um sujeito social, particular e diferente do adulto. Ela aprende e se desenvolve no processo das interações sociais, o que exige uma postura consciente do professor referente as suas necessidades enquanto criança, que deve ser respeitada, compreendida e incluída em todo processo de ensino-aprendizagem, pois toda criança pode aprender, desde que sejam propiciadas as condições e estratégias adequadas.

7. OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Quanto aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Escola Armando Sofia Brandão inicia suas atividades ofertando uam turma do 1º ano. De forma gradativa, haverá a ampliação, sendo que em 2027 já contará com a turma de 2º ano.

Assim, portanto, inicia pelo Ciclo da Alfabetização, abraçando o grande desafio de buscar garantir a alfabetização das crianças na idade certa, ou seja, até os sete (07) anos de idade.

Nesse contexto, seu planejamento pedagógico abrange as diferentes etapas de construção da escrita, a fluência leitora e a alfabetização matemática.

Propõe-se um monitoramento eficaz do processo de alfabetização, acompanhando o avanço de cada criança, e possibilitando a recomposição da aprendizagem para aquelas que apresentarem dificuldades mais críticas no processo.

Também coloca a criança em contato com experiências e vivências de Artes, Ciências, História, Geografia, Artes e outros componentes curriculares.

8. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

O funcionamento pedagógico da Escola Municipal Armando Sofia Brandão será fundamento, pelas leis que compõem a legislação educacional vigente, e outras aplicáveis, bem como pelo conjunto dos seguintes documentos específicos, ou práticas, da Rede Municipal de Ensino ou da escola:

- Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino;
- Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM);
- Plano de Curso para a Educação Infantil e o Ciclo da Alfabetização;
- Planejamento Referencial do Ciclo da Alfabetização;
- Protocolo de Combate ao Racismo na Rede Municipal;
- Projeto Político Pedagógico da Escola;
- Instrumento Normativo para Avaliação da Aprendizagem e Rendimento Escolar;
- Política Municipal de Educação de Tempo Integral em Tempo Integral;
- Política Municipal de Alfabetização;
- Orientações para o Atendimento Educacional Especializado (AEE);

- Outras orientações da Secretaria Municipal de Educação e deliberações do Conselho Municipal de Educação, que sejam aplicáveis ao funcionamento pedagógico.

É garantido ao Professor a reserva de carga horária para desenvolver Atividades Complementares (ACs), que ocorrem semanalmente, por grupos de docentes que atuam da mesma etapa de ensino. Trata-se do momento em planejar as práticas com auxílio da Coordenação Pedagógica, tendo como base os instrumentos estabelecidos para o Plano de Aula, e outros em consonância com a documentação pedagógica.

Ao abordar as diretrizes pedagógicas da Escola Municipal Armando Sofia Brandão, há de considerar a transição entre a etapa da Educação Infantil e o Ensino Fundamental, n o qual fica recomendada a apreciação e praticidade do tetxo orientado no Documento Curricular Referencial Municipal.

9. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

A Escola Municipal Armando Sofia Brandão adota as práticas pedagógicas que valorizam a formação integral da criança, a contextualização dos objetivos de aprendizagens e a articulação do saber escolar com a realidade social local.

De forma explícita, a EMASB adota como inspiração a tendência pedagógica da Abordagem Construtivista, frequentemente associada ao Interacionismo e ao Alfabetizar Letrando, defendida por grandes nomes da educação como Emilia Ferreiro, Ana Teberosky e Magda Soares.

10. TEMAS INTEGRADORES

Os Temas Integradores são eixos estruturantes do currículo que visam promover uma aprendizagem significativa e contextualizada, inserindo-se nos objetivos de aprendizagens, saberes e objetos do conhecimento.

A educação e a aprendizagem perpassam por dimensões presentes na vida humana. Com base nessa concepção, torna-se relevante concebê-las a partir de meios significativos e práticos. Um dos caminhos é superar a fragmentação pedagógica, seja dentro dos próprios componentes curriculares, como também

dentro das áreas de atuação.

Nesse sentido, os Temas Integradores se configuram como meios de contextualização para os diferentes componentes curriculares de forma conexa e integrada. São facilitadores da aprendizagem, pois valoriza as vivências dos educandos em suas respectivas realidades, relacionando-se ainda com objetivos descritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC, por sua vez, discorre que:

> [...] cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e propostas pedagógicas e abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2018, p. 19).

Desse modo, os Temas Integradores possuem o intuito de contribuir com as práticas pedagógicas que versam pela formação integral do aluno, despertando o exercício das práticas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, equânime, inclusiva, sustentável e laica. Pensando nessa perspectiva, o Documento Curricular Referencial do Município de Anguera-BA (DCRM) baseia-se nas temáticas integradoras propostas pela BNCC.

11. PERFIL ESPERADO DO PROFESSOR

A Educação Infantil e o Ciclo da Alfabetização são fortalecidos com o perfil de Professores ALFABETIZADORES, com facilidade em planejar e executar, a partir da tendência pedagógica e das orientações, práticas e vivências facilitadores do processo de construção da escrita, da leitura e do letramento.

Isso posto, passa-se a tratar dos direitos e deveres institucionais dos professores, os quais estão estabelecidos no Regimento Escolar Unificado, visando à garantia de um ambiente educacional democrático, inclusivo e comprometido com a formação cidadã.

DIREITOS DOS PROFESSORES	DEVERES DOS PROFESSORES
Exercer a docência com liberdade de ensinar, respeitando os princípios pedagógicos e éticos.	Planejar e ministrar aulas de acordo com o currículo e as necessidades dos alunos.
Participar da elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da escola.	Avaliar o desempenho dos estudantes de forma contínua e criteriosa, fornecendo feedback construtivo.
Receber formação continuada e apoio para o desenvolvimento profissional.	Manter a disciplina em sala de aula, promovendo um ambiente propício à aprendizagem.
Ter condições adequadas de trabalho, incluindo infraestrutura e recursos didáticos. Ter respeitada a autonomia pedagógica em sala de aula, com sua ação sendo direcionada conforme o PPP da Unidade Escolar; Gozar do respeito da Direção, colegas e de todos que trabalham no ambiente escolar.	Colaborar com a gestão escolar e participar das atividades coletivas da instituição. Participar da elaboração da proposta pedagógica da Unidade Escolar; Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza;

11.1. FORMAÇÃO CONTINUADA EM ATIVIDADE DOCENTE

Ao tratar do perfil esperado do professor, é importante estender a abordagem para discutir a formação continuada em atividade, que é de fundamental importância para o fortalecimento da prática docente e para a promoção de uma educação de qualidade.

Frente aos desafios contemporâneos da educação pública, torna-se indispensável investir em políticas estruturadas de desenvolvimento profissional que reconheçam o professor como protagonista do processo educacional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os documentos orientadores das redes de ensino reforçam a importância de práticas pedagógicas inovadoras, baseadas em metodologias ativas, trabalho colaborativo e foco na aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, a formação continuada deve ir além de ações pontuais ou meramente teóricas, assumindo um caráter processual, reflexivo e contextualizado.

A formação continuada é uma estratégia essencial para o aprimoramento da prática pedagógica e o desenvolvimento profissional dos educadores e com isso a Secretaria Municipal de Educação de Anguera implementa ações formativas que visam fortalecer a prática docente e promover a aprendizagem significativa. Desta forma, a Formação continuada é tratada de forma integrada e estratégica, visando o desenvolvimento profissional dos educadores e a melhoria da qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Entre as iniciativas, destacam-se a Jornada Pedagógica, que ocorre anualmente antes do início do ano letivo e reúne professores, coordenadores, supervisores e gestores escolares para discutir temas relevantes e propor melhorias nas práticas pedagógicas. Além disso, são realizados encontros formativos por Etapa de Ensino (Educação Infantil e Ensino Fundamental), com o objetivo de acompanhar a evolução da aprendizagem e ajustar os planejamentos de aula conforme as necessidades identificadas. Essas ações são planejadas e executadas pela equipe pedagógica da rede municipal, com base nos Planos de Curso alinhados à BNCC, garantindo a consonância com os documentos curriculares nacionais e estaduais.

A formação continuada em atividade representa uma estratégia essencial para o desenvolvimento profissional dos docentes, principalmente em contextos educacionais desafiadores como o dos municípios de pequeno porte. Em Anguera, na Bahia, essa prática pode ser um importante instrumento para promover a melhoria da qualidade do ensino, a atualização pedagógica e a valorização dos profissionais da educação.

A formação continuada em atividade refere-se a ações formativas desenvolvidas no próprio ambiente escolar e durante o exercício da função docente. Diferencia-se da formação pontual ou externa por integrar os saberes teóricos com as práticas cotidianas do professor.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece, no artigo 61, que a formação dos profissionais da educação deve ocorrer com base nos princípios de valorização profissional e articulação entre teoria e prática.

Na EMASB formação continuada é pensada de forma contextualizada, valorizando as experiências dos professores locais e respeitando as especificidades das escolas e comunidades. De acordo com Gatti (2009), é fundamental que a formação em serviço esteja articulada com as reais necessidades da prática pedagógica.

A formação continuada de professores é um processo indispensável para a melhoria da qualidade da educação. Diferente da formação inicial, que oferece os fundamentos teóricos e práticos para o exercício da docência, a formação continuada tem como objetivo aprofundar, atualizar e ressignificar saberes docentes

no contexto do exercício profissional. Trata-se de uma perspectiva formativa que compreende o professor como sujeito ativo, reflexivo e em constante desenvolvimento.

Segundo Tardif (2002), "os saberes docentes são saberes heterogêneos, construídos na formação, na experiência e no cotidiano do trabalho docente". Essa afirmação evidencia a necessidade de uma formação que ultrapasse os modelos tradicionais, centralizados em conteúdos descontextualizados, e que promova a articulação entre teoria e prática, respeitando a trajetória e os saberes prévios dos professores.

A formação continuada deve ser concebida como um espaço de reflexão crítica sobre a prática pedagógica, com vistas à transformação das práticas educativas. Para isso, é fundamental que ela esteja ancorada nas demandas reais do cotidiano escolar, favorecendo a construção coletiva de conhecimento e promovendo o protagonismo dos docentes.

Conforme Freire (1996, p. 43), “ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”, e essa máxima pode ser estendida também à formação dos educadores, que deve ser pautada pelo diálogo, pela escuta ativa e pelo respeito à diversidade de experiências.

As diretrizes da formação continuada no Brasil estão fundamentadas em políticas públicas que buscam garantir a qualidade do ensino, como aponta o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), ao estabelecer como meta a valorização dos profissionais da educação, por meio de ações formativas que assegurem o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à prática pedagógica. De acordo com o PNE, cabe aos sistemas de ensino implementar programas permanentes de formação continuada articulados às necessidades da escola e aos projetos pedagógicos das instituições.

Além disso, a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica, destaca que a formação continuada deve ocorrer ao longo da carreira e envolver processos formativos interdisciplinares, colaborativos e contextualizados. O documento afirma que “a formação continuada é parte da constituição da identidade profissional docente e se realiza de forma indissociável do trabalho pedagógico e da participação no contexto escolar” (BRASIL, 2015).

Outro aspecto relevante é a valorização de espaços escolares como ambientes formativos. Nessa perspectiva, o contexto da escola se torna um campo privilegiado de formação, onde a prática é problematizada e ressignificada. Oliveira e Batista (2015) defendem que “as formações em serviço, realizadas nas próprias escolas, têm mostrado maior eficácia na mudança de práticas e no engajamento dos professores, especialmente quando articuladas a projetos pedagógicos coletivos”.

Portanto, a formação continuada de professores não pode ser entendida como ação pontual ou meramente técnica, mas sim como um processo permanente de desenvolvimento profissional e pessoal. Esse processo deve ser planejado de forma articulada, coletiva e dialógica, visando ao fortalecimento das práticas pedagógicas e à promoção da equidade e qualidade na educação básica. A construção de uma cultura formativa nas escolas depende do comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo, sobretudo da gestão escolar e das políticas públicas voltadas à valorização docente.

12. PERFIL ESPERADO DO ESTUDANTE

A Escola Municipal Armando Sofia Brandão tem como propósito promover uma educação pautada na formação integral da criança, reconhecendo-a como sujeito de direitos, protagonista de seu processo de aprendizagem e capaz de construir conhecimentos por meio das interações, das brincadeiras e das vivências significativas. Esse princípio está diretamente articulado ao plano de curso da instituição, que organiza suas práticas pedagógicas a partir dos campos de experiência da Educação Infantil e das competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), garantindo intencionalidade educativa em todas as ações desenvolvidas.

Além disso, as práticas pedagógicas devem adotar uma linguagem lúdica que estimula a aprendizagem de maneira interessante, proporcionando estímulo, variedade, interesse, concentração e motivação (MOYLES, 2002, p. 21).

O perfil esperado do estudante contempla o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, físicos, emocionais, sociais, éticos e culturais, respeitando as características de cada etapa do desenvolvimento infantil e valorizando as singularidades de cada criança. Espera-se que o estudante seja acolhido em um

ambiente seguro, inclusivo, afetivo e estimulador, favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia, criatividade, curiosidade e capacidade de conviver em sociedade, conforme previsto no planejamento pedagógico anual e nas propostas de experiências significativas organizadas pelos professores.

No contexto educacional, a teoria da afetividade de Wallon destaca a importância dos laços afetivos entre professores e crianças, pois vê a escola como um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos indivíduos, abrangendo afetividade, movimento, conhecimento e pessoa (Wallon, 2007, p. 117).

Na Educação Infantil, espera-se que a criança desenvolva sua identidade, reconhecendo-se como parte de diferentes grupos sociais, valorizando sua história, sua cultura e respeitando as diferenças presentes no ambiente escolar. O estudante é incentivado a expressar sentimentos, ideias, desejos e opiniões, utilizando diferentes formas de linguagem, como a oralidade, a expressão corporal, a música, o desenho, a pintura, a dramatização e outras manifestações artísticas, todas previstas no plano de curso como estratégias de aprendizagem e desenvolvimento integral.

Para Dantas (2004), o movimento é um aspecto importante do desenvolvimento infantil, contribuindo para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Ela via o conhecimento como algo construído através da interação social e das experiências vividas, com as emoções e o movimento sendo parte integrante desse processo.

Espera-se, ainda, que a criança desenvolva atitudes de respeito, solidariedade, empatia, cooperação e responsabilidade nas relações com colegas, professores, funcionários, família e comunidade escolar. A convivência baseada no diálogo, no cuidado consigo, com o outro e com o meio ambiente constitui um dos pilares para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com uma sociedade mais justa e acolhedora, sendo constantemente trabalhada nas práticas pedagógicas e nos projetos interdisciplinares da escola.

É necessário aprender continuamente uns com os outros e renovar as práticas com empatia. Segundo Almeida e Mahoney (2007), ao direcionar a afetividade para a produção de conhecimento, o professor atua como mediador entre o aluno e o conhecimento, ampliando suas chances de sucesso. Reconhecer

cada criança individualmente e expressar afeto por elas é essencial dentro da coletividade escolar.

No processo de aprendizagem, busca-se formar estudantes curiosos, investigativos e participativos, capazes de observar, questionar, levantar hipóteses, experimentar, explorar diferentes materiais e construir conhecimentos a partir das experiências vivenciadas no cotidiano escolar. As brincadeiras e as interações constituem os principais eixos norteadores desse processo, garantindo aprendizagens significativas e respeitando o tempo de cada criança, conforme orientações do plano de curso e das sequências didáticas planejadas.

O estudante também é incentivado a desenvolver hábitos relacionados à organização, ao cuidado com os materiais, à higiene pessoal, à alimentação saudável e à preservação dos espaços coletivos, fortalecendo atitudes de autonomia e responsabilidade desde os primeiros anos da vida escolar, em consonância com os objetivos formativos estabelecidos no planejamento pedagógico.

Segundo Rossini (2001) a afetividade está presente em todas as fases da vida do ser humano, nas experiências vividas por este no relacionamento com o outro social, ela está em nós como uma fonte geradora de potência de energia (Rossini, 2001. p.9)

No campo da linguagem, espera-se que a criança amplie gradativamente seu vocabulário, comunique-se com clareza, participe de rodas de conversa, escute atentamente os colegas e adultos, desenvolva o gosto pela leitura e pela literatura infantil, estabelecendo os primeiros contatos com a cultura escrita de forma prazerosa e significativa, conforme as práticas de letramento previstas no plano de curso.

No desenvolvimento do pensamento lógico-matemático, busca-se que o estudante explore números, quantidades, formas, medidas, espaço e tempo por meio de situações concretas, jogos, desafios e experiências do cotidiano, construindo gradativamente conceitos matemáticos de forma contextualizada, conforme as habilidades progressivas previstas para cada faixa etária.

Espera-se também que o estudante desenvolva atitudes investigativas diante da natureza e da sociedade, observando fenômenos, levantando perguntas, formulando explicações e compreendendo a importância da preservação ambiental, do uso consciente dos recursos naturais e do respeito a todas as formas de vida, em

articulação com projetos pedagógicos e ações de educação ambiental desenvolvidas ao longo do ano letivo. Ao ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental, espera-se que o estudante dê continuidade ao processo de desenvolvimento iniciado na Educação Infantil, ampliando progressivamente suas competências de leitura, escrita, raciocínio lógico, resolução de problemas, convivência e participação social. Essa transição deve ocorrer de forma acolhedora e respeitosa, preservando o direito à infância, ao brincar e às experiências significativas que favorecem a aprendizagem, conforme previsto no plano de curso e nas estratégias de adaptação escolar.

De acordo com Lopes e Mattos (1990), o professor e o aluno devem brincar de descobrir o mundo e nessa interatividade o objetivo e a utilização do jogo é provocar a reflexão e a oportunidade de convivência e integração da criança com as áreas do conhecimento, bem como a sua interação social.

O perfil esperado do estudante está fundamentado na formação de cidadãos críticos, participativos, éticos, responsáveis, autônomos e solidários, capazes de atuar com respeito às diferenças, valorizando a diversidade, os direitos humanos, a cultura de paz e a convivência democrática, princípios que orientam todo o trabalho pedagógico da instituição.

Assim, espera-se que cada estudante seja protagonista de sua própria aprendizagem, construindo conhecimentos de maneira significativa e desenvolvendo competências que contribuam para seu crescimento pessoal, acadêmico e social, sempre em parceria com a família, a escola e a comunidade, fortalecendo uma educação de qualidade, inclusiva e comprometida com a formação integral da criança.

13. CURRÍCULO

13.1. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Sistema Municipal de Ensino de Anguera defende a ideia de que o currículo da Educação Infantil deve ser constituído das experiências cotidianas da criança e ampliadas por meio do modo como brincam, da pesquisa, da exploração, do contato com a natureza, dos diversos registros e linguagens, corroborando dessa forma,

com as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) as quais afirmam que:

> O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam á construção de suas identidades (BRASIL, 2010, p.6).

Nessa perspectiva um currículo para crianças pequenas precisa valorizar o protagonismo infantil, ou seja, torná-las agente de seu próprio conhecimento, estabelecendo uma relação efetiva das propostas oferecidas com as vivências do cotidiano contemplando assim, o fazer e o agir da criança, promovendo o desenvolvimento integral.

> [...] o currículo não pode ser vivido como uma listagem de objetivos e conteúdos a serem atingidos. O currículo é algo vivo e dinâmico. Ele está relacionado a todas as ações que envolvem a criança no seu dia-a-dia dentro das instituições de ensino, não só quando nós professores consideramos que as crianças estão aprendendo. O currículo deve prever espaço de interações entre as crianças sem a mediação direta do professor, e espaços de aprendizagem na interação com os adultos, nos quais as crianças sejam as protagonistas (NASCIMENTO, 2007, p. 16).

Partindo desse pressuposto o currículo deve está integrado ao que se propõe para essa etapa de ensino, bem como às experiencias/vivências da criança e a construção de sua autonomia. Deve-se proporcionar espaços e ambiente que a criança desenvolva essas habilidades, considerando que é um ser em processo de desenvolvimento pleno e é indispensável um trabalho pedagógico voltado na atender essas necessidades.

13.2. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Como já dito, a Escola Municipal Armando Sofia Brandão começa sua trajetória de oferta do Ensino Fundamental a partir do 1º ano, ampliando gradativamente, de forma a contar com o 2º ano, em 2027.

Nos Anos Iniciais, especificamente nos dois primeiros anos, o currículo da escola se propõe a promover o processo de alfabetização por meio de ações pedagógicas que permitam que, as crianças se apropriem do sistema de escrita alfabética, das habilidades de leitura e escrita de forma articulada, assim como práticas diversificadas de letramento. Também terá foco a alfabetização matemática, bem como experiências, prática e conhecimentos de Arte, Ciências, História, Geografia, entre outros componentes disponibilizados de forma complementar, bem como temas transversais e projetos pedagógicos.

A nova escola se propõe também a desenvolver um trabalho alinhado às práticas pedagógicas onde o ambiente escolar, seja organizado por meio dos interesses e necessidades de aprendizagem apresentados pelos alunos, vislumbrando suas vivências, na compreensão que é fundamental ampliar as operações cognitivas, através de mobilizações pedagógicas, no intuito de que possam desenvolver o aprendizado esperado.

14. ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE

A interação entre escola, família e comunidade é fundamental para a construção de uma educação de qualidade, democrática e inclusiva. Na Escola Municipal Armando Sofia Brandão essa parceria é vista como essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes e para o fortalecimento do vínculo entre a instituição de ensino e o contexto social em que está inserida.

A colaboração entre escola, família e comunidade é amplamente reconhecida na literatura educacional como um fator determinante para o sucesso acadêmico e social dos alunos. Segundo Paro (2001), a participação ativa dos pais e da comunidade na vida escolar contribui para a democratização da gestão educacional e para a construção de uma escola mais aberta e responsiva às necessidades locais.

Além disso, Epstein (2001) destaca que as escolas que promovem parcerias efetivas com as famílias e comunidades tendem a apresentar melhores resultados educacionais, pois criam um ambiente de apoio mútuo e de responsabilidade compartilhada pela aprendizagem dos estudantes.

A EMASB tem implementado diversas ações que visam fortalecer a interação com as famílias e a comunidade local, destacando-se:

- **Reuniões Pedagógicas Participativas**: Encontros regulares com pais e responsáveis para discutir o desempenho e comportamento dos alunos, estratégias pedagógicas e projetos escolares. Os plantões pedagógicos fazem parte das ações de acompanhamento pedagógico da Escola Arthur Vieira, sendo momentos que visam fortalecer a aproximação entre escola, estudantes e famílias.
- **Projetos Comunitários**: Desenvolvimento de atividades que envolvem a comunidade, como feiras culturais, oficinas e eventos comemorativos, promovendo a integração entre escola e sociedade, o Projeto Escola Aberta à comunidade é um exemplo disso.
- **Comunicação Ativa**: Utilização de diversos canais de comunicação, como ligações sempre que necessário, aplicativos de mensagens, redes sociais e murais informativos, para manter as famílias informadas e engajadas nas atividades escolares.

Essas práticas estão alinhadas às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de Anguera, que enfatiza a importância da participação da comunidade escolar na construção de uma educação mais equitativa e contextualizada.

Apesar dos avanços, a escola enfrenta desafios na consolidação de uma parceria efetiva com todas as famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Para superar essas barreiras, é necessário:

- **Promover Políticas de Inclusão**: Implementar estratégias que garantam a participação de todas as famílias, respeitando suas especificidades culturais, sociais e econômicas.
- **Fortalecer a Gestão Democrática**: Incentivar a criação e o funcionamento de conselhos escolares e outras instâncias de participação comunitária na gestão da escola.

14.1. BUSCA ATIVA ESCOLAR

A EMASB busca realizar um trabalho pautado no compromisso com a Educação Pública de Qualidade, prezando sempre pelo acesso e permanência do aluno na Escola. A frequência regular nas aulas, ou seja, a permanência dos estudantes na escola, é uma preocupação constante da EMASB, sendo monitorado diariamente nas salas de aula, o estudante que faltou, para que seja realizada a

busca ativa, entrando em contato com a família e evidenciando qual o motivo da ausência na Escola.

A Escola realiza a ação do Dia “D” da Frequência Escolar, que consiste numa mobilização de todos da equipe escolar com objetivo de ressaltar a importância da assiduidade nas aulas. Neste dia acontece a realização de um levantamento minucioso sobre o quantitativo de faltas dos alunos, despertando para a intensificação da Busca Ativa Escolar, onde, membros da equipe escolar se deslocam até a residência do aluno para manter contato com a família e identificar o motivo da ausência.

15. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Escola Municipal Armando Sofia Brandão (EMASB) reafirma seu compromisso com a promoção de uma educação inclusiva, democrática e pautada no respeito à diversidade. Nesse sentido, desenvolve ações e práticas pedagógicas voltadas à valorização das diferenças, à promoção da equidade e ao fortalecimento de uma cultura de acolhimento, respeito e pertencimento no ambiente escolar.

Embora a escola se constitua como um espaço de aprendizagem, convivência e inclusão, ainda enfrenta desafios relacionados às questões comportamentais e às relações interpessoais. Diante dessa realidade, busca implementar estratégias que favoreçam o diálogo, a mediação de conflitos, o desenvolvimento de competências socioemocionais e a construção de uma cultura de paz, fortalecendo os vínculos entre estudantes, famílias, profissionais da educação e comunidade escolar.

A EMASB reconhece que a construção de um ambiente escolar harmonioso depende da participação coletiva e da valorização dos saberes, das experiências e das diferentes realidades que compõem sua comunidade. Assim, promove ações que estimulam a escuta ativa, o respeito mútuo, a cooperação, a empatia, a corresponsabilidade e o exercício da cidadania, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Além disso, a escola fortalece parcerias com instituições públicas, organizações da sociedade civil e demais espaços educativos, ampliando as oportunidades de aprendizagem, participação social e desenvolvimento humano.

Dessa forma, reafirma seu compromisso com uma educação pública de qualidade social, inclusiva e integral, assegurando o pleno desenvolvimento dos estudantes em seus aspectos cognitivos, sociais, emocionais, culturais, éticos e de exercício da cidadania, em consonância com os princípios da educação pública e com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

15.1 O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

A Escola Municipal Armando Sofia Brandão (EMASB) compreende a educação inclusiva como um princípio fundamental para a garantia do direito à educação, pautado no respeito à diversidade, na equidade e na valorização das diferenças. Nesse contexto, busca assegurar condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem a todos os estudantes, reconhecendo suas singularidades e promovendo práticas pedagógicas que respeitem seus diferentes ritmos, potencialidades e necessidades.

A educação inclusiva pressupõe a construção de um ambiente escolar acessível, acolhedor e democrático, no qual todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais, sociais, emocionais, linguísticas ou culturais, possam participar plenamente do processo educativo. Dessa forma, a inclusão constitui um compromisso coletivo que envolve equipe gestora, professores, profissionais de apoio, famílias e comunidade escolar na eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação.

No município de Anguera, a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, é fortalecida pelo investimento da Secretaria Municipal de Educação na adequação dos espaços físicos, na formação continuada dos profissionais, na oferta de recursos de acessibilidade e na atuação de uma equipe multiprofissional, composta por psicólogos, psicopedagogos e outros profissionais especializados, que colaboram para o desenvolvimento de ações voltadas à inclusão dos estudantes.

A Rede Municipal de Educação dispõe do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais, com a finalidade de identificar, elaborar e disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a aprendizagem e a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O AEE complementa e suplementa o ensino

regular, promovendo a autonomia, a acessibilidade e a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação, sem substituir a escolarização comum.

A política de educação inclusiva desenvolvida pela escola fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Decreto nº 7.611/2011, no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional, e na Lei Municipal nº 307/2023, que institui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMDPEDE) e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (FUMDPEDE).

Nessa perspectiva, a EMASB assume o compromisso de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, flexíveis e colaborativas, garantindo as adaptações necessárias, a acessibilidade, o respeito às diferenças e a participação de todos os estudantes nas atividades escolares. Compreende, ainda, que a inclusão é um processo contínuo de transformação das práticas educativas, fundamentado nos princípios da justiça social, da equidade e do direito à aprendizagem, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva e respeitosa com a diversidade.

15.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um serviço da Educação Especial destinado a identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras à participação e à aprendizagem dos estudantes. Trata-se de um atendimento complementar ou suplementar à escolarização, desenvolvido em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Na Escola Municipal Armando Sofia Brandão (EMASB), o AEE é ofertado, preferencialmente, no contraturno escolar, por meio da Sala de Recursos Multifuncionais, atendendo aos estudantes público-alvo da Educação Especial, conforme suas necessidades educacionais específicas. O atendimento tem como

objetivo promover a autonomia, a acessibilidade, o desenvolvimento das potencialidades e a participação efetiva dos estudantes nas atividades escolares.

A professora do Atendimento Educacional Especializado atua em parceria com os docentes da classe comum, equipe gestora, profissionais de apoio, famílias e equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação, elaborando estratégias, recursos pedagógicos, adaptações de materiais e orientações que favoreçam o processo de inclusão escolar. Ressalta-se que o AEE não substitui o ensino regular, mas o complementa e o suplementa, contribuindo para a eliminação das barreiras à aprendizagem e à participação.

A EMASB compreende que a efetivação da educação inclusiva exige formação continuada dos profissionais da educação, adequação dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, fortalecimento da parceria com as famílias e avaliação permanente das práticas educativas. Dessa forma, busca consolidar uma cultura inclusiva pautada na equidade, no respeito às diferenças e na garantia do direito de todos à aprendizagem e à participação.

15.3 PAPEL PROFISSIONAL DO AUXILIAR DE ALUNO ESPECIAL

As Profissionais de Apoio Escolar desempenham papel fundamental na efetivação da educação inclusiva, contribuindo para a promoção da autonomia, da participação e da permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial no ambiente escolar. Sua atuação está fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que prevê esse serviço como estratégia para assegurar acessibilidade, participação e igualdade de oportunidades no processo educacional.

Na Escola Municipal Armando Sofia Brandão (EMASB), as Profissionais de Apoio Escolar atuam de forma colaborativa com a equipe gestora, professores, professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipe multiprofissional e famílias, respeitando as especificidades de cada estudante e contribuindo para a construção de uma escola inclusiva, acolhedora e acessível.

Sua atuação está voltada ao apoio nas atividades de alimentação, higiene, locomoção, comunicação e demais necessidades relacionadas à autonomia e à

participação do estudante na rotina escolar, sempre que essas demandas não puderem ser realizadas de forma independente. Além disso, acompanha o estudante nas atividades escolares, favorecendo sua segurança, interação e participação, sem substituir a atuação pedagógica do professor.

As Profissionais de Apoio Escolar não exercem funções docentes nem é responsável pelo planejamento pedagógico, adaptações curriculares, avaliação ou ensino dos conteúdos escolares, atribuições que competem aos professores da classe comum e ao professor do Atendimento Educacional Especializado. Seu trabalho complementa as ações pedagógicas, contribuindo para a eliminação das barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes.

A EMASB reconhece que a atuação desse profissional é indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade. Por isso, incentiva a formação continuada, o trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais da escola e o diálogo permanente com as famílias, fortalecendo uma cultura institucional baseada no respeito às diferenças, na equidade e na garantia do direito de todos os estudantes à educação.

15.4 EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

A Educação Étnico-Racial, conforme estabelecido nas legislações e diretrizes educacionais brasileiras, é uma prática pedagógica fundamental para a promoção da equidade, da justiça social e da valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. Ela visa enfrentar o racismo estrutural por meio de ações educativas que reconheçam, respeitem e integrem os saberes, identidades e culturas dos povos negros, indígenas e de outras etnias historicamente marginalizadas no Brasil.

A Educação Étnico-Racial é respaldada por um conjunto de legislações e normativas que determinam sua obrigatoriedade e importância no sistema educacional brasileiro:

- **Constituição Federal de 1988 -** estabelece a igualdade de todos perante a lei (Art. 5º) e garante o direito à educação como forma de promoção da cidadania (Art. 205). Também assegura a valorização da diversidade cultural como princípio da educação (Art. 206, inciso III).
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)**

Modificada pela Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial. Posteriormente ampliada pela **Lei nº 11.645/2008**, que incluiu também a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura dos Povos Indígenas.

- **Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) -** em seu Capítulo III, estabelece como direito da população negra a educação que promova a valorização da identidade étnico-racial e da cultura afro-brasileira.
- **Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) -** a Meta 8 e a Meta 20 do PNE destacam a necessidade de superação das desigualdades educacionais e o fortalecimento da educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** - (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) Estabelecem parâmetros para que as escolas brasileiras incluam de forma transversal o ensino da temática étnico-racial, promovendo práticas pedagógicas antidiscriminatórias.

A BNCC, homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, reconhece a diversidade como um dos princípios orientadores da educação brasileira.

Em seus preceitos gerais, a BNCC afirma o compromisso com:

- A valorização da diversidade étnico-racial, cultural, regional e linguística do Brasil;
- A promoção de uma educação inclusiva, equitativa e antirracista;
- A formação integral do estudante, com foco no respeito aos direitos humanos e à convivência com o outro.

A BNCC articula a temática étnico-racial em diferentes componentes curriculares, como:

- História: aborda a participação de negros e indígenas na formação da sociedade brasileira, destacando os processos de resistência e valorização das culturas africanas e ameríndias.
- Geografia: discute o território, os povos tradicionais e as relações sociais marcadas por desigualdades.
- Artes e Literatura: valoriza manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas.

- Ensino Religioso e Ciências Humanas: reforça o respeito às diferentes formas de expressão cultural e religiosa.

Além disso, a BNCC estabelece competências gerais que reforçam o papel da escola na formação de cidadãos conscientes, como:

- **Competência 1**: Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural;
- **Competência 5**: Compreender, respeitar e promover os direitos humanos e a convivência com a diversidade;
- **Competência 9**: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação.

A educação das relações étnico-raciais deve perpassar todo o projeto pedagógico da escola. Não deve se limitar a datas comemorativas ou atividades pontuais. Conforme Gomes (2012), trata-se de um compromisso político e pedagógico com a construção de uma sociedade antirracista, plural e democrática.

Munanga (2005) destaca que o preconceito racial é aprendido e reproduzido socialmente, e a escola, ao silenciar ou invisibilizar as culturas afro-brasileiras e indígenas, contribui para sua perpetuação. Por isso, o ambiente escolar deve promover: a formação crítica dos professores sobre racismo e diversidade, o uso de materiais didáticos que reflitam a pluralidade cultural, a valorização das identidades dos estudantes negros, indígenas e de outras etnias e o envolvimento da comunidade escolar em ações afirmativas.

A Educação Étnico-Racial trabalhada na nossa escola pode promover a valorização das identidades afro-brasileiras, africanas e indígenas, combater práticas racistas e preconceituosas no ambiente escolar; fortalecer o currículo com conteúdos étnico-raciais de forma transversal e garantir formação continuada dos professores sobre diversidade racial.

15.5. EDUCAÇÃO ANTIRACISTA

A educação antirracista é uma prática pedagógica que busca combater as desigualdades raciais e promover a equidade, valorizando as identidades étnico-raciais e desconstruindo estereótipos enraizados no cotidiano escolar. Ela vai além do reconhecimento da diversidade, propondo ações concretas de enfrentamento ao racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

A construção de uma educação comprometida com a igualdade racial tem respaldo em diversas legislações e normativas brasileiras e internacionais:

- **Constituição Federal de 1988**: em seu artigo 5º, estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O artigo 206 garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996**: modificada pela **Lei nº 10.639/2003**, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, sobretudo nas áreas de Educação Artística, Literatura e História.
- **Lei nº 11.645/2008**: amplia a obrigatoriedade do ensino para incluir também a História e Cultura dos povos indígenas, reforçando a pluralidade étnica do Brasil.
- **Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)**: assegura à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação, sendo a educação um de seus eixos principais.
- **Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014**: estabelece, entre suas metas, a promoção da igualdade racial e superação das desigualdades educacionais, especialmente no que diz respeito ao acesso e à permanência da população negra e indígena.
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004)**: orientam as instituições escolares quanto à implementação de práticas pedagógicas que contemplem a valorização da história e cultura afro-brasileira.

Segundo Gomes (2012), a educação antirracista deve promover uma formação crítica que permita aos estudantes reconhecerem as formas de discriminação racial e desenvolverem uma consciência social transformadora. Ela deve estar presente em todos os níveis de ensino, perpassando os conteúdos escolares, as relações interpessoais, a formação docente e o ambiente institucional.

Munanga (2003) afirma que a valorização das matrizes africanas na constituição da identidade brasileira é fundamental para desconstruir o mito da democracia racial. A escola, como espaço de formação de sujeitos, deve ser responsável por um currículo que contemple a diversidade e confronte os mecanismos de exclusão.

A nossa escola pretende construir uma prática pedagógica antirracista,

através da revisão dos materiais didáticos e conteúdos curriculares à luz da diversidade étnico-racial, garantindo a formação inicial e continuada dos professores sobre as relações raciais, valorizando a identidade e a cultura afro-brasileira e indígena em atividades escolares e criando espaços de escuta, diálogo e acolhimento das experiências dos estudantes negros e indígenas.

Na EMASB os professores, a gestão escolar e a coordenação pedagógica serão agentes fundamentais no combate ao racismo. Sua postura e formação influenciam diretamente na construção de uma escola inclusiva e respeitosa. É necessário que os docentes estejam comprometidos com a formação antirracista, que compreendam o racismo como uma estrutura social e não apenas como um ato isolado.

Já a gestão escolar tem o papel de garantir políticas institucionais que promovam a equidade racial, incentivando projetos, práticas e formações que enfrentem o racismo e promovam a justiça social.

Apesar dos avanços legais, a implementação de uma educação antirracista ainda encontra entraves como a resistência de parte dos educadores, a falta de formação adequada e a escassez de materiais didáticos de qualidade. Ainda há um longo caminho para superar a invisibilidade da população negra e indígena nos currículos escolares.

Como destaca Silva (2017), é urgente que a educação brasileira assuma um papel ativo na superação do racismo estrutural e institucional, propondo práticas pedagógicas emancipadoras e inclusivas.

Diante desse compromisso com uma educação antirracista, a Escola Municipal Armando Sofia Brandão desenvolverá práticas pedagógicas que possibilitem às crianças e aos estudantes reconhecer, valorizar e respeitar as diferentes identidades, culturas e histórias que constituem a sociedade brasileira. Essas ações serão realizadas de forma contínua, integradas ao cotidiano escolar e aos diferentes componentes curriculares, não se restringindo a datas comemorativas ou a momentos específicos do calendário escolar.

Entre as estratégias pedagógicas, destaca-se a utilização da literatura infantil como instrumento de valorização da identidade, da diversidade e da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, a obra O Cabelo de Lelê, de Valéria Belém, será utilizada como uma das referências para o desenvolvimento de experiências de leitura e aprendizagem, possibilitando abordar de maneira lúdica e significativa questões

relacionadas à identidade, à autoestima, à ancestralidade, às características físicas e à valorização da beleza negra.

A partir da leitura e exploração da obra, poderão ser desenvolvidas rodas de conversa, atividades de expressão oral e escrita, autorretratos, produções artísticas, pesquisas, apreciação de diferentes manifestações culturais e outras propostas que favoreçam o reconhecimento e a valorização das características individuais. A literatura será compreendida não apenas como recurso para o desenvolvimento da leitura, mas também como possibilidade de ampliar a representatividade e contribuir para que as crianças negras se reconheçam de forma positiva nas histórias e nos espaços educativos.

A escola também buscará ampliar o contato dos estudantes com outras obras literárias, personagens, autores, artistas, cientistas, intelectuais e personalidades negras que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Dessa forma, pretende-se garantir uma representatividade mais ampla nos livros, imagens, brinquedos, materiais pedagógicos e demais recursos utilizados no ambiente escolar, evitando a reprodução de estereótipos e promovendo diferentes referências de identidade e pertencimento.

As práticas pedagógicas poderão contemplar ainda músicas, danças, brincadeiras, manifestações culturais, histórias, produções artísticas e conhecimentos relacionados às culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, sempre respeitando os contextos culturais e evitando abordagens estereotipadas ou folclorizadas. A escola buscará promover espaços de diálogo e reflexão nos quais os estudantes possam expressar suas experiências, reconhecer situações de preconceito e compreender a importância do respeito e da valorização das diferenças.

Nesse processo, a participação dos professores, da gestão, da coordenação pedagógica, dos estudantes, das famílias e da comunidade escolar será fundamental. A construção de uma educação antirracista exige ações coletivas e permanentes, capazes de transformar não apenas os conteúdos trabalhados em sala de aula, mas também as relações, atitudes e práticas presentes no cotidiano escolar.

Assim, a EMASB reafirma seu compromisso com a construção de uma escola que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial, promova a autoestima e o pertencimento dos estudantes, enfrente situações de preconceito e discriminação e

contribua para a formação de sujeitos conscientes, respeitosos e comprometidos com uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

16. POLÍTICA DO AMBIENTE EDUCATIVO NA ESCOLA

A presença dos profissionais de apoio nas escolas municipais é fundamental para garantir a inclusão, o bom funcionamento institucional e a qualidade da educação pública ofertada aos nossos estudantes.

Os profissionais de apoio escolar incluem auxiliares administrativos, merendeiras, porteiros, serviços gerais, monitores, auxiliares de alunos especiais, entre outros. São eles que asseguram as condições básicas para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra com qualidade, apoiando alunos com necessidades especiais, garantindo a segurança e o bem-estar, e colaborando com o clima harmonioso e organizacional da escola.

Segundo Dourado (2007), a estrutura do trabalho escolar envolve uma complexa rede de funções que vão além do corpo docente e da gestão, sendo os profissionais de apoio essenciais para o funcionamento cotidiano da instituição.

Segundo Oliveira (2016), em contextos municipais, a valorização dos profissionais de apoio deve ser parte da política de gestão democrática e participativa, reconhecendo seu papel não apenas técnico, mas também educativo e formativo.

De acordo com Cury (2002), o direito à educação só se efetiva plenamente quando há um conjunto articulado de ações que garantem tanto a infraestrutura física quanto a humana – e os profissionais de apoio fazem parte dessa base.

A valorização dos profissionais de apoio é essencial para a construção de uma escola democrática, inclusiva e eficaz. Em municípios como Anguera, políticas educacionais sensíveis à realidade local, que incluam esses trabalhadores como agentes educacionais, são indispensáveis.

A formação continuada em atividade é um instrumento estratégico para o fortalecimento da educação pública. Quando promovida de maneira contextualizada, colaborativa e integrada à rotina docente, ela contribui significativamente para a qualidade do ensino e o desenvolvimento profissional dos educadores.

Por meio do Programa de Formação Continuada em Atividade (PFCA), uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, os servidores de apoio das escolas

estão participando de encontros formativos com a temática “Ambiente Escolar Educativo”.

O principal objetivo da ação é mobilizar esses profissionais que atuam nas mais diversas funções dentro do ambiente escolar para uma proposta pedagógica integradora, baseada na compreensão de que todos os que fazem parte da escola são, também, educadores. A formação busca promover reflexões sobre o papel de cada servidor no processo educativo, valorizando o trabalho coletivo e o compromisso com um ambiente acolhedor, ético e formativo para todos os estudantes.

Ressalta-se que a qualidade do ambiente escolar depende de uma série de fatores estruturais e humanos. No contexto da EMASB, os profissionais de apoio têm papel decisivo no funcionamento cotidiano da instituição, contribuindo para o bem-estar dos alunos, o suporte às atividades pedagógicas e a mediação de relações escolares mais acolhedoras, democráticas e inclusivas.

A EMASB funciona numa concepção de que todos os profissionais, seja de qualquer função, são educadores. Como tal, todos têm a responsabilidade em dialogar com os estudantes quanto às orientações do ambiente.

Da mesma forma, requer formação continuada para que os profissionais dos mais diversos setores venham compreender a proposta.

> Cada trabalhador, seja qual for sua função, tem grande importância para o bom funcionamento da ESCOLA. Todos são EDUCADORES e devem atuar em sintonia, estabelecendo diálogo e desenvolvendo, em grupo, o conjunto das ações que irão desencadear a formação social do estudante.
>
> CARTILHA ESPAÇO ESCOLAR, AMBIENTE EDUCATIVO. 2ª EDIÇÃO, 2025.

Eis, portanto, um grande desafio da escola, que é promover formações contiuadas em atividade para todo o grupo de servidores.

17. IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

A utilização prática do Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola requer o engajamento de todos os segmentos em um processo contínuo de reflexão e ação.

Este documento se trata de um instrumento importante e essencial que orienta as decisões e práticas da instituição, expressa sua identidade e visa à formação integral dos estudantes.

Sendo a EMASB uma instituição nova, a implementação deste documento necessita de uma maior atenção, visto que o PPP representa a identidade da escola e funciona como ferramenta fundamental para a organização do trabalho educativo. Por meio dele, propõem-se transformações no cotidiano escolar, com o objetivo de integrar ações e estratégias que favoreçam a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

A implantação do PPP é de responsabilidade da Equipe Gestora, juntamente com o corpo docente. Sua aplicação na prática, bem verdade, já vem ocorrendo, sendo que após sua apresentação oficial, irá respaldar a efetiva implementação.

Durante a implementação, é essencial definir indicadores claros e mensuráveis com base nos objetivos, como:

- Frequência e participação dos alunos;
- Planejamento eficaz por parte dos professores;
- Resultados de aprendizagem (avaliações);
- Recomposição de aprendizagens;
- Participação da comunidade nas decisões;
- Desenvolvimento de projetos integradores;
- Cumprimento do calendário pedagógico.

17.1. IMPORTÂNCIA DO PPP PARA A ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento essencial para a organização e direcionamento das ações educativas da escola, pois expressa sua identidade, seus princípios e os caminhos rumo a uma educação de qualidade.

Na EMASB, o PPP foi construído a partir da escuta e da participação de diferentes segmentos da comunidade escolar, refletindo a realidade local, os desafios enfrentados no cotidiano e os objetivos coletivos da instituição, tendo como foco a identidade da escola e seu compromisso com a formação integral dos estudantes, estando em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e atrelado ao Plano Nacional de Educação (PNE), documento que estabelece metas e estratégias para a melhoria da educação no município.

Esta Instituição de Ensino, visa promover a equidade, ou seja, reconhecer as diferenças individuais e garantir que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, garantindo assim, a qualidade do Ensino desta Unidade Escolar.

18.2. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

O acompanhamento e monitoramento do Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma etapa essencial para garantir que as ações previstas no documento sejam efetivamente implementadas, avaliadas e, quando necessário, reorientadas. Na Escola Municipal Armando Sofia Brandão, esse processo deve ser conduzido de forma colaborativa entre os diferentes segmentos, respeitando as diretrizes da política educacional local. Sem e tratando do monitoramento, admite-se que cabe a participação da Secretaria Municipal de Educação, para orientar o processo.

A avaliação do PPP tem como finalidade o acompanhamento das ações e metas a fim de verificar se os objetivos estão sendo alcançados. Para tanto, é necessário criar mecanismos e instrumentos que realizem esse trabalho periodicamente. Uma vez que a análise dos resultados alcançados, dos processos em andamento e das dificuldades encontradas servirão como dados para redirecionar as ações e metas.

Sendo assim, a avaliação do PPP assume um papel estratégico, pois além do que verificar resultados, ela busca compreender os caminhos trilhados, os obstáculos enfrentados e os avanços alcançados.

Segundo Veiga (2007), o acompanhamento do PPP exige o compromisso de toda a comunidade escolar na construção de uma cultura de participação democrática. Isso implica criar espaços permanentes de escuta, análise crítica e tomada de decisão, possibilitando que o projeto seja, de fato, vivenciado por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. "O PPP não é um documento estanque; ao contrário, é uma construção dinâmica, um processo em constante revisão" (VEIGA, 2007, p. 13).

A Secretaria Municipal de Educação organiza momentos de formação continuada com o objetivo de capacitar diretores, coordenadores pedagógicos e professores para a leitura crítica, implementação e revisão do PPP. Além disso, são utilizados instrumentos como indicadores de aprendizagem, taxas de rendimento e

frequência escolar, projetos desenvolvidos, registros de práticas pedagógicas e avaliação institucional como base para o acompanhamento contínuo.

Esse processo de monitoramento é sistemático e participativo, envolvendo a comunidade escolar — professores, funcionários, pais, alunos e conselhos escolares na análise dos avanços, dificuldades e ajustes necessários. A partir dessa escuta e observação permanente, o PPP deixa de ser um documento apenas formal para tornar-se, de fato, uma ferramenta viva de gestão democrática, alinhada às necessidades da realidade local e aos princípios de qualidade social da educação.

Na EMASB o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico será realizado de forma contínua e participativa, envolvendo toda a comunidade escolar (equipe gestora, professores, funcionários, estudantes e familiares). Por se tratar de um documento que tem como finalidade guiar as ações pedagógicas desenvolvidas na escola, é fundamental que ele seja submetido a uma avaliação periódica e coletiva, assegurando sua efetividade e adequação às necessidades da comunidade escola.

O monitoramento deve incluir momentos de avaliação diagnóstica**,** para identificar o ponto de partida, e formativa**,** para ajustar as ações ao longo do processo como aplicação de questionários e entrevistas, observação das aulas e projetos e reuniões pedagógicas periódicas.

Todo o processo de acompanhamento deve ser documentado em relatórios bimestrais ou trimestrais, diários de bordo pedagógicos e ata de reuniões e conselhos escolares, haja vista que essa análise contínua e facilita a prestação de contas à comunidade escolar.

Vale ressaltar, que o PPP não é um documento engessado. Com base no monitoramento, deve ser revisto e atualizado anualmente com base em resultados do ano anterior, mudanças na comunidade ou contexto educacional e novas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.

17.3. RELAÇÃO DO PPP COM O REGIMENTO ESCOLAR UNIFICADO

A relação entre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e o Regimento Escolar Unificado constitui uma base essencial para a organização, funcionamento e efetividade da prática educativa. Ambos os documentos são instrumentos legais, normativos e orientadores da gestão escolar, e sua integração garante coerência

entre os princípios pedagógicos, as diretrizes administrativas e as práticas cotidianas no ambiente escolar.

O PPP expressa a identidade da escola, seus valores, objetivos educacionais, metodologia de ensino, gestão democrática e projetos voltados para a melhoria da aprendizagem e inclusão social. Já o Regimento Escolar Unificado, estabelece normas comuns de convivência, organização administrativa, direitos e deveres dos membros da comunidade escolar, além de regulamentar a vida escolar em seus aspectos legais.

A interação entre esses dois documentos se dá no sentido de que o Regimento garante cumprir aquilo que o PPP planeja pedagogicamente. As práticas educativas, os projetos, a gestão participativa e as estratégias de ensino delineadas no PPP precisam estar amparadas por normas claras e comuns a todas as escolas da rede, garantindo equidade, organização e respaldo legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fruto de uma construção coletiva, com participação de todos os sujeitos que compõe a comunidade escolar, este Projeto Político Pedagógico se torna o documento de identidade da Escola Municipal Armando Sofia Brandão.

No contexto escolar, o PPP vem cumprir a função de garantir a coerência entre os princípios pedagógicos, as ações do cotidiano e os objetivos educacionais. Assim, torna-se um documento utilizado na prática, não apenas técnico, mas um instrumento que norteia os rumos da escola no dia a dia.

Trata-se de um documento vivo que descreve e caracteriza o marco inicial de uma instituição educacional que ao logo dos anos futuros marcará histórias de vida na comunidade local.

A construção coletiva fortalece a gestão democrática, orienta o trabalho pedagógico e oferece um caminho para a realização do direito à educação com equidade e compromisso social. A utilização prática, ou seja, a implementação, faz-se necessária e para isso, o esforço coletivo permanece indispensável nesse processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGUERA, Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa para a Avaliação da Aprendizagem e Rendimento Escolar**. Anguera-Ba, 2026.

ANGUERA. Secretaria Municipal de Educação. **Política Municipal de Educação em Tempo Integral:** Fundamentação Teórica, Prática, Estudo da Realidade Local. Anguera, Ba: SEC, 2024.

ANGUERA. Secretaria Municipal de Educação. Política Municipal de Alfabetização. Decreto Municipal nº 83/2026. Anguera-Ba, 2026.

ANGUERA (BA). **Lei Complementar nº 186, de 22 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação – PME do Município de Anguera, em consonância com a Lei nº 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Anguera, Anguera, BA, 22 jun. 2015. Disponível em: https://www.educacaoanguera.ba.gov.br/upload/lei-complementar-n-186-de-22-de-junho-de-2015_1672335690_29122022024130.pdf. Acesso em: 20 de maio 2025.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) para Educação Infantil e Ensino Fundamental** (v. 1) / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

BAHIA. **Resolução do Conselho Estadual de Educação**. CEE/BA, 2024.
Acrescentar da educação infantil

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BAHIA. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB.** Disponível em: https://dcrb.educacao.ba.gov.br/scielo brasil+4dcrb.educacao.ba.gov.br+4dcrb.educacao.ba.gov.br+4. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola em Tempo Integral**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com deficiência. Diário oficial da União, 2015.

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2015. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <resrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1033668/lei-12764-12r>. Acesso em: 20 out. 2014.
BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014–2024.** Brasília: MEC, 2014.

BRASIL, Presidência da República casa Civil – **Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm. Acesso em: 09 abr. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Estatuto da Igualdade Racial, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4/2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a LDB para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural:** mediações necessárias. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOSO, V. D. **A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular**, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direitos humanos.** Revista Brasileira de Educação, n. 21, 2002.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A reforma do Estado e as políticas educacionais nos anos 90:** questões para reflexão. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, 2007.

EDUCAÇÃO ANGUERA. https://www.educacaoanguera.ba.gov.br/. Portal Virtual da Secretaria Municipal de Educação de Anguera-Ba.

ESTEBAN, M. T. **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. Campinas: Papirus, 2002.

ESTUDOS SOBRE O DCRB: Temas Integradores. Disponível em: https://cursos.educacao.ba.gov.br/pluginfile.php/257313/mod_folder/content/0/%5BDCRB%20na%20Escola%5D%20S3%20Aula%201%20-%20Temas%20Integradores.pdfcursos.educacao.ba.gov.br. Acesso em: 05 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GALVÃO, S. M. B. (2022). **Prática pedagógica na recomposição da aprendizagem**. Revista FT. Disponível em: https://revistaft.com.br/pratica-pedagogica-na-recomposicao-da-aprendizagem/. Acesso em: 20. abr. 2025.

GATTI, Bernadete A. **Formação de professores:** condição para a efetividade das políticas públicas. Educação & Sociedade, v. 30, n**.** 109, 2009.

GEERTZ, Clifford. **Uma Descrição Densa:** Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GÓES, Bruno Mendes. **Municipalização, Religiosidade e Desenvolvimento (1963 – 2000)**. Uma introdução histórica de Anguera sob a vigência municipal. Biblioteca Pública Municipal Professor Gessé Souza Silva. Feira de Santana, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

HOFFMANN, J. **Avaliação:** mito e desafio. Porto Alegre: Mediação, 1993.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. Goiânia: Alternativa, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Licínio C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. **3.** ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
LÜCK, Heloísa. **Gestão participativa na escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem:** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Planejamento:** uma proposta de intervenção na escola. São Paulo: Cortez, 1992.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Gestão da educação e da escola:** uma abordagem crítica. São Paulo: Cortez, 2016.

PACHECO, José Augusto. **Plano Nacional de Educação (PNE) -** Lei nº 13.005/2014, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

PERRENOUD, P. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RESOLUÇÃO CEE nº 137/2019. Conselho Estadual de Educação da Bahia. Disponível em: dcrb.educacao.ba.gov.br+1curriculomunicipal.blogspot.com+1. Acesso em: 04 abr. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e trabalho:** uma articulação necessária. Campinas: Autores Associados, 2007.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. (2023). Portaria nº 522/2023. Salvador-BA. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Gabriela-Pimentel-

4/publication/377089097_recomposicao_da_aprendizagem_nas_escolas_estaduais_da_bahia_que_diz_a_Portaria_n_52220231/links/659550720bb2c7472b2ff900/Recomposicao-da-aprendizagem-nas-escolas-estaduais-da-Bahia-o-que-diz-a-Portaria-n-52220231.pdf. Acesso em: 18 mai. 2025.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Gestão da Aprendizagem. Disponível em: https://www.ba.gov.br/educacao/gestao-da-aprendizagem. Acesso em: 18 mai. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGUERA. (2023). Diretrizes para a Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar. Anguera-BA. Disponível em: https://educacaoanguera.ba.gov.br/upload/21---diretrizes-para-a-avaliacao-da-aprendizagem-e-o-rendime_06092023120819.pdf. Acesso em: 18 mai. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGUERA. Proposta Curricular. Disponível em: https://www.educacaoanguera.ba.gov.br/post/158/proposta-curriculareducacaoanguera.ba.gov.br. Acesso em: 03 abr. 2025.

SILVA, D. F. **Inovação tecnológica na educação:** desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Inovação, 2016.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das relações étnico-raciais:** desafios e possibilidades para a prática docente. São Paulo: Moderna, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO (1994) **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção** – Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto Político** - Pedagógico da Escola. Uma construção possível. Editora Papirus, São Paulo, 2001.

Dantas, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon: **teorias psicogenéticas em discussão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOYLES, Janet R. **Só brincar?** O papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LOPES, M. da Glória; MATOS, P. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. 4. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1999.

MAHONEY, Abigail Alvarado (2001). As fases da infância em Wallon: **uma contribuição para a Psicologia e a Educação. In: Psicologia** USP, 12(2), 11-22.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ROSSINI M.A.S **Pedagogia afetiva Petrópolis**, RJ : Vozes, 2001.